

*20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Outubro de 2011*

ACTA

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. Apreciação de Proposta de Acta de 14.10.2011

Ponto 4. **EDUCAÇÃO – ENSINO PRÉ-ESCOLAR**

- . PROGRAMA DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR/SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA
- Anexo ao Acordo de Cooperação – Ano Lectivo 2011/2012

Ponto 5. **DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

- . CONSTRUÇÃO DE CAMPOS RELVADOS SINTÉTICOS
- . Campo de Vinha da Rainha - Vedações e Outros Arranjos Exteriores
- Ajuste Directo

Ponto 6. **DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

- . Construção do Polidesportivo da Freguesia de Alfarelos
- Homologação do Auto de Recepção Definitiva

***20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Outubro de 2011***

Ponto 7. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

- . CONSTRUÇÃO DE OUTROS POLIDESPORTIVOS
- . Construção do Polidesportivo do Sobral
 - Homologação do Auto de Recepção Definitiva

Ponto 8. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE PISCINAS MUNICIPAIS
- . Piscina Municipal de Vila Nova de Anços
- 8.1. Revogação
- 8.2. Execução de Garantia(s) Bancária(s)

Ponto 9. CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES

- . Edifício Sede do Grupo Desportivo Sourense
 - Aquisição

Ponto 10. ACÇÃO SOCIAL – APOIO A ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL

- . HABITAÇÃO SOCIAL – PROHABITA
- . Aquisição/Reabilitação
 - Contratos de Arrendamento/Imóvel no Largo dos Moinhos

Ponto 11. ACÇÃO SOCIAL

- PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO
- 11.1. Associação Cultural, Recreativa e Social de Samuel
- 11.2. Centro Social das Malhadas
- 11.3. NORTE E SOURE - Centro Social Cultural e Desportivo de Paleão

***20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Outubro de 2011***

Ponto 12. SAÚDE - ACÇÕES NO ÂMBITO DA SAÚDE

- . CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE EXTENSÕES DE SAÚDE
- . Pintura Exterior da Extensão de Saúde da Gesteira
- Ajuste Directo

Ponto 13. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – ILUMINAÇÃO PÚBLICA

- . Remodelação do Sistema de IP
- Ajustes Directos
- 13.1. Jardim Público de Brunhós - Freg. de Brunhós
- 13.2. Largo Adjacente à Farmácia de Figueiró do Campo - Freg. de Figueiró do Campo

Ponto 14. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – ILUMINAÇÃO PÚBLICA

- . RAMAIS/BAIXADAS E PROLONGAMENTOS DE REDE
- . Freg. de Soure
- . Remodelação da Rede de Distribuição de Energia de Soure
- Ajuste Directo

Ponto 15. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

- . OUTROS ALCATROAMENTOS
- . ARRUAMENTOS E LIGAÇÕES NA FREGUESIA DE SOURE
- . Acessos junto ao Lar/Creche da Santa Casa da Misericórdia
- Ajuste Directo

Ponto 16. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE
- . EM ZONAS URBANAS
- . Acessos à Creche e Novo Lar da Vinha da Rainha
- Ajuste Directo

***20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Outubro de 2011***

Ponto 17. DEFESA DO MEIO AMBIENTE

- . “Energia”
- . Apoio Externo Especializado
 - Ajuste Directo

Ponto 18. RECURSOS HUMANOS

- . ESTÁGIOS
- . Licenciatura - Instituto Superior Miguel Torga
 - 2.º Ciclo em Gestão de Recursos Humanos e Comportamento Organizacional

Ponto 19. RECURSOS HUMANOS

- . Processo n.º 168/07.5 BECBR
- Sentença //Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra

Ponto 20. GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2011

- . Apreciação de Propostas de Alteração -11.ª/11.ª - .

Ponto 21. PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- . Gabinete do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares
 - Documento Verde da Reforma da Administração Local

Ponto 22. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

- . CONSTRUÇÃO DE CAMPOS RELVADOS SINTÉTICOS
- . Campo de Vinha da Rainha
- . Remodelação dos Balneários
 - Prorrogação de Prazo

Ponto 23. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO

- . CONCEPÇÃO/EXECUÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DOS BACELOS - 3.ª FASE
- . REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO ENTRE OS RIOS ANÇOS E ARUNCA
 - Prorrogação de Prazo

Ponto 24. *Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09.*

***20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Outubro de 2011***

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

O Senhor Presidente deu início à reunião, prestando a(s) seguinte(s) a(s) informação(ões):

*** DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

Já está concluído o investimento no primeiro Campo Relvado Sintético Concelhio, na Freguesia da Vinha da Rainha... Está também praticamente finalizada a Reabilitação/Requalificação dos Balneários de apoio... Assim, está para muito breve o início da sua utilização. Releve-se que se trata de mais um Investimento Municipal na Área do Desporto, essencialmente dirigido aos Escalões Jovens para que eles possam ter condições desportivas e uma educação cada vez mais integrada, global e abrangente...

*** COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES**

- Está igualmente quase concluída a Beneficiação do CM 1113 entre Vila Nova de Anços e o Limite do Concelho com Condeixa... um investimento próximo dos 800.000,00 euros, que inclui, designadamente, uma nova estrada com 2.275 metros e uma requalificação de 3.075 metros... Na próxima semana deverá ocorrer a sua abertura ao trânsito, ficando para mais tarde a realização de uma cerimónia pedagógica/política de inauguração... Não haverá lugar a uma inauguração com envolvimento em termos de despesa pública mas, evidentemente, será um marco que simbolizará a realização de mais um investimento concelhio prioritário no plano Sub-Regional...

- No investimento em curso por Administração Directa, na Conservação/Reparação da Rede Viária, na Freguesia de Soure... terminou o investimento que vinha a ser desenvolvido nos arruamentos dos lugares de, Fatacos, Assamassa, Casal do Rei, Casal Manuel José, e na ligação da EN-342.1 ao cruzamento do Casal da Charneca... Tratava-se de uma zona que ainda tinha alcatroamento tradicional, tendo assim sido possível realizar uma significativa regeneração urbana, no capítulo dos arruamentos e ligações...

***20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Outubro de 2011***

O Senhor Vice-Presidente Dr. Santos Mota referiu que: “no dia 23 de Outubro, recebemos, pela primeira vez, no Salão Nobre da Câmara Municipal uma grande Comitativa do Cercal. Tratou-se de uma iniciativa promovida pelo Rancho Folclórico do Cercal, no âmbito desportivo - Cicloturismo e Passeio Pedestre -. Os participantes conheceram, um pouco, a história deste edifício e também puderam saborear a nossa doçaria como é o pão-de-ló de Soure, o suspiro e o biscoito de azeite. Foi uma visita muito simpática e agradável.

No dia 29 de Outubro, estivemos presentes numa iniciativa promovida pela Associação Social, Recreativa e Cultural da Pouca Pena - Noite de Fados.

No dia 30 de Outubro, estivemos presentes na Associação Cultural Recreativa e Desportiva dos Simões, numa iniciativa/convívio, sempre muito participada.”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “na área da Educação, no dia 19 de Outubro, estive presente, com o Senhor Vereador Américo Nogueira, na reunião do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Soure, onde foram abordados vários assuntos. Destacava apenas uma informação que foi dada, relativamente ao Ranking de Escolas de 2011, cujos resultados foram publicados no Jornal “O Público”. Ao nível do Ensino Básico, num total de 1.283 Escolas a nível Nacional, o Agrupamento de Escolas de Soure está na posição 407. Comparativamente com o ano passado, subiu de posição, uma vez que, em 2010, estava na posição 624. A nível do Distrito de Coimbra, num total de 69 Escolas, está na posição 30. No Ensino Secundário, num total de 609 Escolas a nível Nacional, está na posição 136. Em 2010, estava na posição 319. A nível do Distrito de Coimbra, num total de 135 Escolas, estão na posição 11.

No dia 20 de Outubro, estive presente, no Agrupamento de Escolas de Soure, e no dia 21 de Outubro, no Instituto Pedro Hispano, com o Professor Doutor Fernando Tavares Pimenta, que fez, em cada uma das Escolas, uma Palestra no âmbito das Comemorações dos 900 anos do Foral de Soure.

No âmbito do Programa Integrado de Promoção da Leitura, está a decorrer a acção “Viagem no Tempo em Soure”, dirigida às crianças de todos os Jardins de Infância e Escolas do 1.º CEB. Este ano o tema tratado nas Escolas, ao nível do Pré-Escolar e do 1.º Ciclo, e porque estamos no ano das Comemorações dos 900 anos do Foral de Soure, é “Histórias da História”, daí que as crianças vêm visitar o Património Histórico Edificado, iniciando a visita na Câmara Municipal. Passam pela Igreja da Misericórdia, Igreja Matriz de Soure, Castelo e, na Biblioteca Municipal, assistem à encenação da

***20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Outubro de 2011***

“Lenda do Campo da Velha”. Esta acção já está a decorrer e irá terminar no 2.º período.

Também já estão a decorrer as sessões “Sábados na Biblioteca”, dirigidas aos pais e filhos. Todos os pais do Pré-Escolar e do 1.º Ciclo estão a ser informados de que têm a possibilidade de vir partilhar histórias com os filhos, na Biblioteca Municipal, aos Sábados à tarde.

No âmbito de uma política de proximidade, no dia 16 de Outubro, estive presente num concerto realizado pela Filarmónica 15 de Agosto Alfarelense, em que participaram três Bandas: Alfarelos, Miranda do Corvo e outra da zona do Redondo, no Alentejo.

No dia 22 de Outubro, a Filarmónica Recreativa e Beneficente Vilanovense promoveu também um concerto comemorativo do Dia Mundial da Música.”

O Senhor Vereador Mário Jorge Nunes referiu que: “no dia 30 de Outubro, estive presente, em representação do Senhor Presidente da Câmara, na Associação Social Recreativa e Cultural de Pouca Pena, num almoço anual. Tendo havido intervenções, aquilo que disse em nome da Câmara Municipal, em resposta aos apelos que o Dirigente da Associação fez de uma série de coisas, é que continuamos a investir na Cultura, na Acção Social, no Apoio às Famílias e no bem estar das populações, mesmo na época de contenção que atravessamos. Também falei do investimento que, não tendo sido feito na Pouca Pena, melhora e muito a qualidade de vida das populações, que é a estrada que liga os Fatacos à Charneca...

No dia 26 de Outubro, estive presente, em representação do Senhor Presidente da Câmara, no Conselho Regional do Centro, onde o principal assunto era o Documento Verde da Reforma da Administração Local. Sobre o tipo de discussão que se tem assistido, a única coisa que posso acrescentar é que o Documento Verde é um documento de debate, estudo, reflexão, para discussão e que não vale a pena fazermos mais que isso porque o passo seguinte será uma proposta de lei... Quando for proposta de lei e estiver em discussão, aí sim, devemos lê-la com mais atenção... Quer-me parecer que este Documento Verde, com o tipo de estudos que lá invoca, não é relevante para o Concelho de Soure... Também não é relevante para a Administração Local um qualquer debate público porque não traria mais do que um certo alarido e ocupação de tempo... Esta é a posição e análise que faço, quer da leitura do Documento Verde, quer das reuniões que tenho assistido.”

***20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Outubro de 2011***

O Senhor Presidente referiu depois, sobre o “Documento Verde da Reforma da Administração Local... ainda não procedi à sua leitura pormenorizada, mas já adiantei noutras reuniões que se trata, apenas e só, de uma base de estudo... Compreendo que o Senhor Vereador, Mário Jorge Nunes, esteja a dar-nos nota que haverá um entendimento generalizado de que não valerá muito a pena estarmos a tomar posição sobre uma base de estudo, uma vez que, a seu tempo, ela deverá passar a uma proposta de lei... em termos lineares, percebo o raciocínio... mas, por exemplo, na última Sessão da Assembleia Municipal, já estávamos a ser questionados sobre a oportunidade de debater esse documento... Acho que quem lidera, apesar de tudo, deve ter a iniciativa de promover debates que tenham que ver, neste caso, com a Administração Local, embora todos devamos reflectir, não apenas sobre o conteúdo substantivo do documento, mas também na metodologia política a adoptar... A Câmara Municipal não se deverá abster de tomar uma posição, ainda por cima, quando se trata de uma proposta que visa reformar a Administração Local...”

**Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
. Licenciamento de Obras Particulares**

Foi tomado conhecimento do(s) licenciamento(s) de obras particulares verificado(s) no período decorrido entre a última reunião e a de hoje. -----

Ponto 3. Apreciação de Proposta de Acta de 14.10.2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de Acta. -----

Ponto 4. EDUCAÇÃO – ENSINO PRÉ-ESCOLAR

. PROGRAMA DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR/SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA

- Anexo ao Acordo de Cooperação – Ano Lectivo 2011/2012

Foi presente a seguinte Proposta:

***20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Outubro de 2011***

Ponto 5. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

- . **CONSTRUÇÃO DE CAMPOS RELVADOS SINTÉTICOS**
- . **Campo de Vinha da Rainha - Vedações e Outros Arranjos Exteriores**
 - **Ajuste Directo**

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: DESPORTO E TEMPOS LIVRES
CONSTRUÇÃO DE CAMPOS RELVADOS SINTÉTICOS
CAMPO DE VINHA DA RAINHA - Vedações e Outros Arranjos Exteriores
ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Com vista à realização da empreitada acima identificada, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adopção da modalidade de **ajuste directo**, uma vez que o **preço base** é de **25.845,00 euros**, inferior ao limite máximo de 150.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste directo – cf. alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro –.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito da competência quer do Presidente da Câmara Municipal, quer da Câmara Municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros – cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho –.

O encargo previsto para a presente empreitada tem, em parte, dotação no orçamento para o presente ano de 2011 pela rubrica **02.02.07.01.04.06** e trata-se de acção inscrita em plano plurianual de investimentos com a classificação de **02 002 2010/205**.

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. JÚRI

1. **Presidente:** João Eduardo Dias Madeira Gouveia, Dr.;
2. **Vogal:** Santos Mota, Vice-Presidente (substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos);
3. **Vogal:** Mário Monteiro, Engº;
4. **Suplentes:** Rui Fernandes, Arq.
5. **Suplente:** Fernando Cavacas, Dr.

4. CONSULTAR A(S) SEGUINTE(S) ENTIDADE(S)

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do artigo 114º do Código dos Contratos Públicos, às seguintes entidades:

- **Gadanha 2, Construções, Lda;**
- **Construtora Guardado & Oliveira, Lda;**
- **AZIASFALTOS XIS – Empreiteiros, Lda.**

***20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Outubro de 2011***

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
19.10.2011

DESPACHO:
À Reunião de Câmara.
O Vereador*
(Américo Nogueira)
25.10.2011

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

e

**Assunto: - Desporto e Tempos Livres
- Construção de Campos Relvados Sintéticos – Campo de Vinha da Rainha
- Vedações e Outros Arranjos Exteriores**

O campo de futebol de Vinha da Rainha encontra-se nesta altura a ser intervencionado em três grandes vertentes:

1. O recinto do campo de futebol propriamente dito, com o seu arrelvamento em relva sintética, sistema de rega e drenagem, no valor de 275.000,00 € + IVA;
2. A remodelação dos balneários, no valor de 64.790,00 € + IVA;
3. A Aquisição de equipamento desportivo, no valor de 8.431,68 € + IVA.

Em complemento desta intervenção torna-se necessário proceder a alguns trabalhos de melhoramento da infra-estrutura, designadamente:

- a) Aumento dos lugares disponíveis para público com a criação de um novo espaço de bancada.
- b) Vedação de todo o perímetro do campo de forma a impedir a sua invasão por pessoas ou animais e regular o acesso de espectadores e atletas.
- c) Outros trabalhos diversos em arranjos exteriores.

Com estes objectivos procedeu-se à elaboração de um projecto de intervenção com os respectivos mapas de trabalhos e orçamento.

Considerando que o valor estimado para os trabalhos previstos totaliza 25.845,00€, sugere-se a sua execução, por empreitada, com recurso ao ajuste directo e consulta às seguintes entidades:

- Gadanha 2, Construções, Lda
- Construtora Guardado & Oliveira, Lda
- AZIASFALTOS XIS – Empreiteiros, Lda

**20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Outubro de 2011**

À consideração superior
(Mário Monteiro, Eng.º)
(Chefe Divisão O.P.M.)
2011-10-19

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de Ajuste Directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

Ponto 6. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

- . Construção do Polidesportivo da Freguesia de Alfarelos
- Homologação do Auto de Recepção Definitiva

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: DESPORTO E TEMPOS LIVRES
CONSTRUÇÃO DO POLIDESPORTIVO DA FREGUESIA DE ALFARELOS
HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEPÇÃO DEFINITIVA**

Por deliberação de 28.12.2002 esta Câmara Municipal homologou o auto de recepção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo de garantia estabelecido por lei e caderno de encargos (5 anos), propõe-se, após a realização da respectiva vistoria, a homologação do auto de recepção definitiva, bem como a extinção da caução e restituição, ao empreiteiro, das quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito (cf. Art. 226.º, n.º1 do art. 227.º e n.º1 do art. 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março).

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
17.10.2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação do presente Auto de Recepção Definitiva, bem como a extinção da caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 7. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

- . CONSTRUÇÃO DE OUTROS POLIDESPORTIVOS
- . Construção do Polidesportivo do Sobral
- Homologação do Auto de Recepção Definitiva

Foi presente a seguinte informação:

***20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Outubro de 2011***

**Assunto: DESPORTO E TEMPOS LIVRES - CONSTRUÇÃO DE OUTROS POLIDESPORTIVOS
CONSTRUÇÃO DO POLIDESPORTIVO DO SOBRAL
HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEPÇÃO DEFINITIVA**

Por deliberação de 28.12.2002 esta Câmara Municipal homologou o auto de recepção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo de garantia estabelecido por lei e caderno de encargos (5 anos), propõe-se, após a realização da respectiva vistoria, a homologação do auto de recepção definitiva, bem como a extinção da caução e restituição, ao empreiteiro, das quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito (cf. Art. 226.º, n.º1 do art. 227.º e n.º1 do art. 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março).

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
17.10.2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação do presente Auto de Recepção Definitiva, bem como a extinção da caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 8. DESPORTO E TEMPOS LIVRES
. CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE PISCINAS MUNICIPAIS
. Piscina Municipal de Vila Nova de Anços

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: Desporto e Tempos Livres
Conservação / Reparação de Piscinas Municipais
Piscina Municipal de Vila Nova de Anços
Execução Parcial de Garantia Bancária

Relativamente ao tema em assunto, na reunião de Câmara de 23 de Fevereiro de 2011, foi deliberado, entre outros pontos, por unanimidade “aprovar a Execução de Garantia (s) Bancária (s), em conformidade com as informações técnicas dos serviços”.

Essa execução de garantias visava custear as três intervenções necessárias à reparação de diversas correcções identificadas aquando da vistoria com vista à recepção definitiva da empreitada nas piscinas de Vila Nova de Anços.

Confrontada com o pedido efectuado pelo Município, a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Pombal, entidade prestadora da caução em vigor para a empreitada, apresentou-nos um Relatório Técnico de Peritagem, cuja cópia se junta em anexo.

20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 31 de Outubro de 2011

Analisado o relatório e considerando:

1. Que o prazo de garantia da obra terminava em 2009.08.26;
2. Que a cobertura amovível havia já sido objecto de anteriores reparações pela empresa instaladora;
3. Que as reparações agora previstas na cobertura – revisão geral, substituição de uma janela, substituição da porta do topo sul e de um tubo no topo norte – no valor de 2.800,00 € + IVA, resultam do normal desgaste / utilização da infra-estrutura.

Entendemos como razoável e aceitável que o valor correspondente à revisão geral da cobertura amovível das piscinas, 2.800,00 € + IVA, não seja incluído no valor total a executar à garantia n.º 72001650259, resultando, assim, como valor global a executar o montante de 10.690,00€ + IVA, correspondente às duas intervenções aprovadas em Reunião de Câmara de 23.02.2011, respectivamente nos pontos 7.2 e 7.4.

À consideração superior,
(Mário Monteiro, Eng.º.)
(Chef. Div. O. P. M.)
2011-10-24

Despacho:
À Reunião de Câmara.
O Vereador*
(Américo Nogueira)
25.10.2011

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

8.1. Revogação

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Revogação da Deliberação do ponto 7.1 da Reunião de Câmara de 23.02.2011, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

8.2. Execução de Garantia(s) Bancária(s)

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Execução de Garantia(s) Bancária(s), conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 9. CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES

**20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Outubro de 2011**

**. Edifício Sede do Grupo Desportivo Sourense
- Aquisição**

Foram presentes as seguintes informações:

**Assunto: EDIFÍCIO SEDE DO GRUPO DESPORTIVO SOURENSE – Rua das Pedreiras
- Avaliação de prédio**

O método utilizado tem como base a fórmula de cálculo do Valor Patrimonial Tributário e respectivos coeficientes, definida no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI).

Características do prédio, consideradas na avaliação:

1. Tipo de prédio – Terreno para construção;
2. Afectações:
 - a. Cave = garagens (500m²);
 - b. R/C = comércio (500m²);
 - c. Andar = habitação (550m²);
3. Área bruta de construção _ comércio = 500,00 m²;
4. Área bruta construção _ habitação = 1050,00 m²;
5. Área bruta dependente _ habitação = 500,00 m²;
6. Área de implantação = 550,00 m²;
7. Área total do terreno = 703,00 m²;

É nosso entendimento que, nas condições antes enunciadas, **171.180,00 Euros**, será um valor justo para o referido prédio.

Os Técnicos,
(Mário Monteiro, Eng.º Civil)
(Maria José Carvalhão, Eng.ª Civil)
2011-09-23

e

**Assunto: EDIFÍCIO SEDE DO GRUPO DESPORTIVO SOURENSE
AQUISIÇÃO**

Relativamente ao assunto em epígrafe, veio o Grupo Desportivo Sourense, propor, ao Município de Soure, a alienação a título oneroso do edifício sede daquela colectividade, sito na Rua Alferes Barrilaro Ruas, na Vila de Soure.

Trata-se de um edifício composto de casa de pedra, espectáculo e recreio, com uma área total de 703m², localizado numa área nobre e central da Vila de Soure, possuindo, por isso, capacidade para as mais variadas valências, designadamente, culturais e desportivas.

O Grupo Desportivo Sourense, propõe a alienação, a favor do Município de Soure, alegando que o referido edifício se encontra desocupado e subaproveitado.

20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 31 de Outubro de 2011

Na verdade, refere o Grupo Desportivo Sourense, que não tem qualquer projecto para a sua utilização e revitalização, sendo que a não utilização do edifício, apenas contribui para a sua degradação.

A referida colectividade propõe a venda pelo preço sensivelmente de €170.000,00

De acordo com informação dos serviços técnicos, que efectuaram a avaliação do prédio, resulta que o prédio possuirá, actualmente um valor de €171.180,00.

A alínea f) do n.º1 do artigo 64.º da Lei 169/99, de 18/09, confere competência à Câmara Municipal para adquirir e alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes o índice 100 das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública.

Ao abrigo do artigo 2.º Portaria n.º 1553-C/2008 de 31 de Dezembro, nos termos da subalínea i) da alínea b) do artigo 18.º da Lei do Orçamento do Estado para 2009 e dos n.º 3 e 4 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, os índices 100 de todas as escalas salariais foram actualizados em 2,9 %.

Actualmente o índice 100 das Carreiras de Regime Geral e Regimes Especiais é de €343,28.

Assim sendo, 1000 vezes o índice 100 das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública é €343.280,00, pelo que até este valor é competente o órgão Câmara Municipal.

Deste modo:

Tendo em consideração a proposta do Grupo Desportivo Sourense e a informação dos Serviços Técnicos, sugere-se que a Câmara Municipal delibere, nos termos da alínea f) do n.º1 do artigo 64.º da Lei 169/99, de 18/09, acerca da aquisição do edifício sede daquela colectividade.

À consideração superior,
O Jurista,
(Edgar J. Domingues, Dr.)
12.10.2011

O Senhor Presidente referiu que: “trata-se de uma proposta de aquisição de um edifício que tem um significado histórico, cultural e desportivo na Sede do Concelho... Esta aquisição é equacionada num período que, convenhamos, não é propenso a que se adquira imobilizado, designadamente quando não se tem ainda uma noção exacta do que se “vai” fazer com ele... Queremos ajudar a evitar que se perca um imóvel de interesse público numa qualquer operação imobiliária de lucro fácil e imediato!!!... Esta proposta foi analisada pelas duas Chefias de Divisão, que procederam à avaliação do imóvel, de acordo com regras objectivas... também, como não poderia deixar de ser, foi analisada juridicamente... Ficou inequívoco que a Câmara Municipal tem competência para deliberar sobre esta proposta de aquisição...

Se viermos a aprovar esta aquisição, conforme decorre da proposta de Contrato Promessa, releve-se que: o Município deverá pagar por conta desse valor no acto da subscrição do Contrato Promessa, porventura hoje mesmo, 47.000,00 euros... Deverá pagar 10.000,00 euros até Junho do próximo ano, e depois a diferença, deverá ser paga até 31.12.2022, de acordo com as suas possibilidades... Por outro lado, logo após, a

***20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Outubro de 2011***

subscrição do Contrato Promessa, o Grupo Desportivo Sourense poderá continuar a utilizar, gratuitamente, as salas onde funciona a Sede Social... Por sua vez, a Câmara Municipal, poderá utilizar, de forma regular ou eventual, como bem entenda, todo o resto do imóvel...

Penso que não estamos perante a abertura de um qualquer precedente que possa significar que, sempre que porventura ocorra uma gestão menos correcta numa Instituição, depois a Câmara “resolve e compra”... Trata-se, sim, de um caso concreto em que há um edifício, que tem significado em termos histórico/cultural, desportivo, com um peso específico na comunidade Sourense, designadamente e em particular, na Sede do Concelho... Assim, devemos ajudar a evitar que uma qualquer operação de “abutrismo imobiliário” possa permitir a sua passagem para a esfera privada, por menos de um terço do seu valor actual...”

O Senhor Vice-Presidente Santos Mota referiu que: “gostaria de reforçar tudo aquilo que foi dito pelo Senhor Presidente de Câmara. Naturalmente que vou votar favoravelmente a proposta de aquisição do edifício. Isto porque o Grupo Desportivo Sourense tem um passado e também um presente de grande importância cultural, social e desportiva para a população do nosso Concelho. O Grupo Desportivo Sourense é a maior referência desportiva de Soure.

Tenho que saudar o Senhor Presidente de Câmara pela apresentação desta proposta que demonstra “solidariedade responsável”. Digo “solidariedade responsável”, porque estamos a falar numa Instituição de Soure com respostas sociais e desportivas estando em causa um edifício, que é também, um património de todos nós, localizado numa zona privilegiada da Vila de Soure. Se o Município não vier a aprovar esta aquisição, os especuladores imobiliários irão aproveitar-se da debilidade financeira deste clube e assim todos ficaríamos prejudicados. Com toda a convicção vou votar favoravelmente.”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “votarei favoravelmente esta proposta por tudo o que já foi dito. Reforçar também o facto de se tratar de um património edificado, efectivamente com características muito importantes para a Vila e para o Concelho, em termos históricos, sociais e culturais. Considero importante que passe a ser património municipal o que, certamente, contribuirá para que, num médio/longo prazo, lhe venha a ser dada a utilidade que este património edificado merece, pelas características físicas que detém e pela própria localização, aqui no “coração” da Sede do Concelho de Soure.”

***20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Outubro de 2011***

O Senhor Vereador Mário Jorge Nunes referiu que: “irei apoiar a proposta do Senhor Presidente da Câmara, sem dúvida. Em momentos de crise, não se trata só daquilo que vem vinculado na comunicação social sobre a sociedade em si, mas também sobre os momentos em que as Instituições, muitas vezes, “caiem”, que levam a que se tenham que desfazer dos seus activos ou sejam obrigadas a isso. A Câmara Municipal, não de forma tutelar, mas sim de forma responsável, não temos a tutela sobre o Grupo Desportivo Sourense, nem sobre outra Colectividade, não nos sentimos obrigados a acudir sempre que qualquer outra instituição tenha, no curso da sua vida, encontrado dificuldades, o Município não tem que intervir para as “salvar”... Este aqui é, de facto, um caso devidamente excepcional, tendo em conta o próprio edifício, que não estando numa zona histórica, está numa zona de crescimento da Vila e é também uma salvaguarda do património que tem potencialidades culturais... O próprio Município pode vir a estender e a patrocinar intervenções urbanísticas para aquela zona.

Por estas razões e não sendo isto um exemplo para outras colectividades que possam pensar que têm sempre aqui o “chapéu” da Câmara Municipal para lhes resolver os problemas, subscrevo a proposta do Senhor Presidente da Câmara e também como Sourense fico muito sensibilizado e penso que a Câmara Municipal vai dar um passo hoje, como porventura, já o podia ter feito no passado... Não sendo o momento certo porque é nas condições de alguma dificuldade da colectividade, mas é um passo em que a Câmara Municipal valoriza o património municipal e valoriza todo o nosso património histórico, cultural e desportivo. Sinceramente, penso que a Câmara Municipal fez aquilo que devia ter feito e não está a ir além daquilo que podia fazer...”

A Senhora Vereadora Dra. Márcia Travassos referiu que: “apenas subscrever tudo aquilo que já foi dito em relação à proposta da aquisição do imóvel, que não deixa de ser um património bastante pertinente para o nosso Concelho. O Partido Social Democrata, que nós representamos, não é alheio a questões que envolvem termos que ter consciência social e, mesmo em tempos de crise, essa consciência social tem que estar sempre em “cima da mesa”. Como tal, vamos votar a favor a proposta em causa.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a aquisição do Edifício Sede do Grupo Desportivo Sourense, de acordo com as condições previstas na Proposta de Contrato Promessa de Compra e Venda.-----

***20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Outubro de 2011***

Ponto 10. ACÇÃO SOCIAL – APOIO A ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL
 . HABITAÇÃO SOCIAL – PROHABITA
 . Aquisição/Reabilitação
 - Contratos de Arrendamento/Imóvel no Largo dos Moinhos

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: **ACÇÃO SOCIAL – APOIO A ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL**
 . Habitação Social /PROHABITA
 - Contratos de Arrendamento/ Imóvel no Largo dos Moinhos

Na Reunião de Câmara de 14.07.2011, foi deliberado aprovar três Contratos de Arrendamento com vista ao realojamento de três Agregados Familiares no Imóvel do Largo dos Moinhos, adquirido e reabilitado no âmbito da Candidatura ao PROHABITA (Programa de Financiamento para Acesso à Habitação).

Destes três Agregados Familiares, apenas dois ocuparam o Imóvel, uma vez que um deles, entretanto faleceu.

Observe-se que este Imóvel é constituído por quatro Fracções/ Habitações – 2 T1 e 2 T2 -, estando apenas os dois T2 ocupados, por terem falecido os Agregados Familiares inicialmente previstos na Candidatura ao PROHABITA.

O Gabinete de Acção Social encetou o processo de substituição destas Famílias junto dos Agregados Familiares que integram a já aludida Candidatura.

A Tipologia T1 estava atribuída apenas a um Agregado Familiar, que recusou ocupar uma das Fracções disponíveis.

Ainda foram contactados Agregados Familiares propostos para a Tipologia T2, mas ninguém se disponibilizou a ocupar qualquer das duas habitações de Tipologia T1.

Paralelamente a este processo, o Gabinete de Acção Social está a proceder a uma actualização do Diagnóstico Concelhio ao nível da Habitação Social, através do levantamento, quer de situações de grave carência habitacional, quer da necessidade de apoio ao arrendamento.

Após análise do levantamento já efectuado, verifica-se a existência de dois Agregados Familiares em condições de habitar as duas Fracções/ Habitações de Tipologia T1 do Imóvel do Largo dos Moinhos.

No quadro em anexo à presente informação, encontram-se identificados os dois Agregados em causa e a Renda Apoiada a ser suportada mensalmente pelos Arrendatários.

**20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Outubro de 2011**

CONCLUSÃO:

1. Face ao exposto, sugerimos que a Câmara Municipal delibere aprovar a realização de *dois Contratos de Arrendamento para Fim Habitacional em Regime de Renda Apoiada*, com vista ao realojamento de dois Agregados Familiares, nas Fracções/ Habitações Tipologia T1, situadas no Largo dos Moinhos, em Soure, de acordo com o mapa em anexo;
2. Que o valor mensal da Renda Apoiada a suportar pelos respectivos Agregados Familiares, e a constar nos Contratos de Arrendamento Para Fim Habitacional a celebrar, seja o definido no mapa em anexo, nos termos do Decreto-Lei n.º 166/93, de 07 de Maio.

À consideração superior,
A Técnica Superior,
(Cristina Marta, Dra.)
17.10.2011

Despacho:
À Reunião de Câmara.
A Vereadora*
(Ana Maria Treno, Dra.)
19.10.2011

* Competências delegadas e subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009.

PROHABITA - PROGRAMA DE FINANCIAMENTO PARA ACESSO À HABITAÇÃO

Contratos de Arrendamento / Imóvel no Largo dos Moinhos

N.º	ARRENDATÁRIO	N.º ELEMENTOS DO AGREGADO FAMILIAR	SITUAÇÃO ACTUAL	TIPOLOGIA DA HABITAÇÃO	PREÇO TÉCNICO	RENDA APOIADA
1	Maria Adelaide Pimentel Carreira	2	Integra o Levantamento Concelhio ao nível da Habitação Social. Agregado de Tipologia T2. Excepcionalmente disponibiliza-se a ocupar um T1.	T1	188,14 €	55,68 €
2	Maria Odete Leitão Fernandes	1	Integra o Levantamento Concelhio ao nível da Habitação Social	T1	181,59 €	8,98 €
TOTAL						64,66 €

A Técnica Superior
(Cristina Marta, Dra.)
17-10-2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar os Contratos de Arrendamento/Imóvel no Largo dos Moinhos, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

***20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Outubro de 2011***

Ponto 11. ACÇÃO SOCIAL

- PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO

11.1. Associação Cultural, Recreativa e Social de Samuel

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de Protocolo de Colaboração.-----

11.2. Centro Social das Malhadas

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de Protocolo de Colaboração.-----

11.3. NORTE E SOURE - Centro Social Cultural e Desportivo de Paleão

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de Protocolo de Colaboração.-----

Ponto 12. SAÚDE - ACÇÕES NO ÂMBITO DA SAÚDE

. CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE EXTENSÕES DE SAÚDE

. Pintura Exterior da Extensão de Saúde da Gesteira

- Ajuste Directo

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: SAÚDE – ACÇÕES NO ÂMBITO DA SAÚDE

CONSERVAÇÃO / REPARAÇÃO DE EXTENSÕES DE SAÚDE

PINTURA EXTERIOR DA EXTENSÃO DE SAÚDE DA GESTEIRA

ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Com vista à realização da empreitada acima identificada, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adopção da modalidade de **ajuste directo**, uma vez que o **preço base** é de **15.720,00 euros**, inferior ao limite máximo de 150.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste directo – cf. alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro –.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito da competência quer do Presidente da Câmara Municipal, quer da Câmara Municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros – cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho –.

O encargo previsto para a presente empreitada tem, em parte, dotação no orçamento para o presente ano de 2011 pela rubrica **02.03.07.01.03.07** e trata-se de acção inscrita em plano plurianual de investimentos com a classificação de **04.001 2011/92**.

2. PROCESSO

20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 31 de Outubro de 2011

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. CONSULTAR AS SEGUINTE ENTIDADES

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do Código dos Contratos Públicos, à seguinte entidade:

- **Parqueadora Sourense – Comércio de Pavimento, Tintas e Vernizes, Lda**

4. JÚRI

Uma vez que se sugere a consulta a apenas uma empresa, não há lugar a constituição de júri – cf. n.º 1 do artigo 67º do Código dos Contratos Públicos.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
17.10.2011

Despacho:
À Reunião de Câmara.
A Vereadora*
(Ana Maria Treno, Dra.)
25.10.2011

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

e

SAÚDE

Conservação / Reparação de Extensões de Saúde

Assunto: Pintura Exterior da Extensão de Saúde da Gesteira

O edifício onde se encontra instalada a extensão de saúde da Gesteira, apresenta sinais de degradação nas fachadas exteriores.

Em visita ao local constatou-se não haver necessidade de uma intervenção de fundo a nível de reboco, sendo apenas necessário proceder à limpeza e lavagem das paredes através de jacto de água, seguidas de aplicação de uma demão de primário anti-alcalino e subsequente pintura a duas demãos com tinta plástica de elevada qualidade.

Sugerimos a adjudicação à Parqueadora Sourense pelo montante de 15.720, 00 Euros + IVA, valor que se enquadra nos preços actualmente praticados.

Esta intervenção encontra-se incluída no Plano de Actividades para o ano de 2011.

À Consideração Superior

**20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Outubro de 2011**

O Técnico
(Evaristo Duarte)

13 / 10 / 2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de Ajuste Directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

**Ponto 13. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – ILUMINAÇÃO PÚBLICA
. Remodelação do Sistema de IP
- Ajustes Directos**

13.1. Jardim Público de Brunhós - Freg. de Brunhós

Foram presentes as seguintes informações:

**ASSUNTO: HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO - ILUMINAÇÃO PÚBLICA
JARDIM PÚBLICO DA LOCALIDADE DE BRUNHÓS
FREGUESIA DE BRUNHÓS
REMODELAÇÃO DO SISTEMA DE IP
ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO**

Com vista à execução da empreitada acima identificada, sugere-se a V. Ex.ª a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DE PROCEDIMENTO PRÉVIO:

Sugere-se a adopção da modalidade de ajuste directo, uma vez que o preço base é de 1.913,65 euros, inferior ao limite máximo de 150.000,00 euros estabelecidos para o recurso ao procedimento de ajuste directo – cf. alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro -.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências quer do Presidente da Câmara Municipal quer da Câmara Municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a **149.639,36 euros** – cf. alínea a) do n.º 1 do artigo 18º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho.

O encargo previsto para a presente empreitada tem, em parte, dotação no orçamento para o presente ano de 2011, pela rubrica **03.01.07.01.04.10** e trata-se de acção inscrita em plano plurianual de investimentos com a classificação de **05.003 2011/102**.

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em Anexo.

3. CONSULTAR A(S) SEGUINTE(S) ENTIDADE(S)

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do artigo 114º do Código dos Contratos Públicos, à seguinte entidade:

- **Helenos, S.A.**

***20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Outubro de 2011***

4. JÚRI

Uma vez que será apenas convidada uma empresa a apresentar proposta, está dispensada a criação de júri, nos termos do n.º 1 do art.º 67.º do Código dos Contratos Públicos.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais,
(Mário Monteiro, Eng.º)
18.10.2011

Despacho:

À Reunião de Câmara.
O Vice-Presidente*
(Santos Mota, Dr.)
25.10.2011

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despachos de 03.11.2009 e de 06.11.2009

e

Assunto: Habitação, Urbanismo e Urbanização
Iluminação Pública
Jardim Público da Localidade de Brunhós
Freguesia de Brunhós
Remodelação do Sistema de IP

Relativamente ao assunto supracitado e por indicação superior, foi efectuado um estudo para a remodelação do Sistema de Iluminação Pública no Jardim Público da Localidade e Freguesia de Brunhós, Concelho de Soure.

Deste modo e após uma visita ao local, com o intuito de se poder quantificar os trabalhos a realizar, foi estimado o valor de 1.913,65€ + IVA, para a realização da totalidade dos trabalhos previstos.

Pelos motivos explicitados anteriormente e devido às melhorias significativas dos níveis de iluminação no local mencionado, sugere-se a execução dos trabalhos em questão.

Sugere-se a consulta ao prestador de serviços habitual da EDP Distribuição, a empresa “Helenos, S.A.”.

À Consideração Superior
O Técnico Superior
(Vitor Miranda, Eng.º Electrotécnico)
10.10.2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de Ajuste Directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

***20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Outubro de 2011***

13.2. Largo Adjacente à Farmácia de Figueiró do Campo - Freg. de Figueiró do Campo

Foram presentes as seguintes informações:

**ASSUNTO: HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO - ILUMINAÇÃO PÚBLICA
LARGO ADJACENTE À FARMÁCIA DA LOCALIDADE DE FIGUEIRÓ DO CAMPO
FREGUESIA DE FIGUEIRÓ DO CAMPO
REMODELAÇÃO DO SISTEMA DE IP
ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO**

Com vista à execução da empreitada acima identificada, sugere-se a V. Ex.^a a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DE PROCEDIMENTO PRÉVIO:

Sugere-se a adopção da modalidade de ajuste directo, uma vez que o preço base é de 885,84 euros, inferior ao limite máximo de 150.000,00 euros estabelecidos para o recurso ao procedimento de ajuste directo – cf. alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro -.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências quer do Presidente da Câmara Municipal quer da Câmara Municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a **149.639,36 euros** – cf. alínea a) do n.º 1 do artigo 18º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho.

O encargo previsto para a presente empreitada tem, em parte, dotação no orçamento para o presente ano de 2011, pela rubrica **03.01.07.01.04.10** e trata-se de acção inscrita em plano plurianual de investimentos com a classificação de **05.003 2011/102**.

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em Anexo.

3. CONSULTAR A(S) SEGUINTE(S) ENTIDADE(S)

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do artigo 114º do Código dos Contratos Públicos, à seguinte entidade:

- **Helenos, S.A.**

4. JÚRI

Uma vez que será apenas convidada uma empresa a apresentar proposta, está dispensada a criação de júri, nos termos do n.º 1 do art.º 67.º do Código dos Contratos Públicos.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais,
(Mário Monteiro, Eng.º)
18.10.2011

Despacho:

À Reunião de Câmara.

O Vice-Presidente*

(Santos Mota, Dr.)

25.10.2011

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despachos de 03.11.2009 e de 06.11.2009

***20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Outubro de 2011***

e

Assunto: Habitação, Urbanismo e Urbanização
Iluminação Pública
Largo adjacente à Farmácia da Localidade de Figueiró do Campo
Freguesia de Figueiró do Campo
Remodelação do Sistema de IP

Relativamente ao assunto supracitado e por indicação superior, foi efectuado um estudo para a remodelação do Sistema de Iluminação Pública no Largo adjacente à Farmácia da Localidade e Freguesia de Figueiró do Campo, Concelho de Soure.

Deste modo e após uma visita ao local, com o intuito de se poder quantificar os trabalhos a realizar, foi estimado o valor de 885,84€ + IVA, para a realização da totalidade dos trabalhos previstos.

Pelos motivos explicitados anteriormente e devido às melhorias significativas dos níveis de iluminação no local mencionado, sugere-se a execução dos trabalhos em questão.

Sugere-se a consulta ao prestador de serviços habitual da EDP Distribuição, a empresa “Helenos, S.A”.

À Consideração Superior
O Técnico Superior
(Vitor Miranda, Eng.º Electrotécnico)
10.10.2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de Ajuste Directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

Ponto 14. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – ILUMINAÇÃO PÚBLICA
 . RAMAIS/BAIXADAS E PROLONGAMENTOS DE REDE
 . Freg. de Soure
 . Remodelação da Rede de Distribuição de Energia de Soure
 - Ajuste Directo

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO - ILUMINAÇÃO PÚBLICA
RAMAIS / BAIXADAS E PROLONGAMENTOS DE REDE
FREGUESIA DE SOURE
REMODELACÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DE SOURE
ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Com vista à execução da empreitada acima identificada, sugere-se a V. Ex.ª a aprovação dos seguintes pontos:

20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 31 de Outubro de 2011

1. ESCOLHA DE PROCEDIMENTO PRÉVIO:

Sugere-se a adopção da modalidade de ajuste directo, uma vez que o preço base é de 4.438,70 euros, inferior ao limite máximo de 150.000,00 euros estabelecidos para o recurso ao procedimento de ajuste directo – cf. alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro -.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências quer do Presidente da Câmara Municipal quer da Câmara Municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a **149.639,36 euros** – cf. alínea a) do n.º 1 do artigo 18º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho.

O encargo previsto para a presente empreitada tem, em parte, dotação no orçamento para o presente ano de 2011, pela rubrica **03.01.07.01.04.10** e trata-se de acção inscrita em plano plurianual de investimentos com a classificação de **05.003 2011/102**.

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em Anexo.

3. CONSULTAR A(S) SEGUINTE(S) ENTIDADE(S)

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do artigo 114º do Código dos Contratos Públicos, à seguinte entidade:

- **Helenos, S.A.**

4. JÚRI

Uma vez que será apenas convidada uma empresa a apresentar proposta, está dispensada a criação de júri, nos termos do n.º 1 do art.º 67.º do Código dos Contratos Públicos.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais,
(Mário Monteiro, Eng.º)
18.10.2011

Despacho:

À Reunião de Câmara.

O Vice-Presidente*

(Santos Mota, Dr.)

25.10.2011

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despachos de 03.11.2009 e de 06.11.2009

***20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Outubro de 2011***

Assunto: Habitação, Urbanismo e Urbanização

Iluminação Pública

Ramais/Baixadas e Prolongamentos de Rede

Freguesia de Soure

Remodelação da Rede de Distribuição de Energia em Soure

Relativamente ao assunto supracitado e por indicação superior, foi efectuado um estudo para a remodelação da Rede de Distribuição de Energia na Localidade, Freguesia e Concelho de Soure.

Deste modo e após uma visita ao local, com o intuito de se poder quantificar os trabalhos a realizar, foi estimado o valor de 4.438,70€ + IVA, para a realização da totalidade dos trabalhos previstos.

Pelos motivos explicitados anteriormente e devido às melhorias significativas dos níveis de iluminação no local mencionado, sugere-se a execução dos trabalhos em questão.

Sugere-se a consulta ao prestador de serviços habitual da EDP Distribuição, a empresa “Helenos, S.A.”.

À Consideração Superior

O Técnico Superior

(Vitor Miranda, Eng.º Electrotécnico)

17.10.2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de Ajuste Directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

Ponto 15. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

. OUTROS ALCATROAMENTOS

. ARRUAMENTOS E LIGAÇÕES NA FREGUESIA DE SOURE

. Acessos junto ao Lar/Creche da Santa Casa da Misericórdia

- Ajuste Directo

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

OUTROS ALCATROAMENTOS

ARRUAMENTOS E LIGAÇÕES NA FREGUESIA DE SOURE

ACESSOS JUNTO AO LAR / CRECHE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA

ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Com vista à realização da empreitada acima identificada, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 31 de Outubro de 2011

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adopção da modalidade de **ajuste directo**, uma vez que o **preço base** é de **38.034,23 euros**, inferior ao limite máximo de 150.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste directo – cf. alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro –.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito da competência quer do Presidente da Câmara Municipal, quer da Câmara Municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros – cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho –.

O encargo previsto para a presente empreitada tem, em parte, dotação no orçamento para o presente ano de 2011 pela rubrica **03.04.07.03.03.01** e trata-se de acção inscrita em plano plurianual de investimentos com a classificação de **09.001 2011/177 9**.

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. CONSULTAR AS SEGUINTE ENTIDADES

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do Código dos Contratos Públicos, à seguinte entidade:

- **Vidal, Pereira & Gomes, Lda**

4. JÚRI

Uma vez que se sugere a consulta a apenas uma empresa, não há lugar a constituição de júri – cf. n.º 1 do artigo 67º do Código dos Contratos Públicos.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
07.10.2011

Despacho:
À Reunião de Câmara
A Vereadora*
(Ana Maria Treno, Dra.)
17.10.2011

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 31 de Outubro de 2011

COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES / REDE VIÁRIA
OUTROS ALCATROAMENTOS
Arruamentos e Ligações na Freguesia de Soure

Assunto: Acessos junto ao Lar / Creche da Santa Casa da Misericórdia

A presente informação refere-se à descrição dos trabalhos de construção dos acessos ao Lar / Creche da Santa Casa da Misericórdia em Senhor das Almas, Soure:

1. Movimentação de terras

- 1.1. - Abertura de valas para colocação de tubagem de água.
- 1.2. - Abertura de valas para colocação do colector de águas pluviais e conduta elevatória.
- 1.3. - Abertura de vala para colocação de tubagem para a passagem de cabos eléctricos e de telefone.
- 1.4. - Fornecimento e aplicação de pó de pedra em protecção das tubagens, incluindo espalhamento, rega e compactação.

2. Infra-estruturas

- 2.1. - Fornecimento e aplicação de tubagem em PVC de diâmetro 63mm 1.0 MPa para abastecimento de água.
- 2.2. - Fornecimento e aplicação de tubagem em PVC de parede corrugada, diâmetro 200mm 0.6 MPa em colectores e ligações aos sumidouros.
- 2.3. - Fornecimento e aplicação de tubagem em PVC de diâmetro 110mm 1.0 MPa na conduta elevatória.
- 2.4. - Fornecimento e aplicação de tubagem em PVC de parede corrugada, flexível de cor verde, diâmetro 63mm 0.6 MPa para a passagem de telefones.
- 2.5. - Fornecimento e aplicação de tubagem em PVC de parede corrugada flexível de cor vermelha, diâmetro 110mm 0.6MPa para passagem de cabos eléctricos.
- 2.6. - Execução de caixas de visita em anéis em betão pré-fabricados, diâmetro 1.00m, incluindo tampa e aro em ferro fundido com dobradiça.
- 2.7. - Execução de sumidouros em betão pré-fabricado, incluindo aro e grelha anti-roubo em ferro fundido.

3. Pavimentações

- 3.1. - Fornecimento e aplicação de camada de sub-base em tout-venant de 1ª, com 0.20m de espessura, incluindo transporte, espalhamento, rega e compactação.
- 3.2. - Fornecimento e aplicação de lancil em betão com 0.20m de altura a 0.12 de espessura, incluindo fundação de betão e refechamento de juntas.
- 3.3. - Fornecimento e aplicação de camada de desgaste em seixo britado e espessura de 0.07m após compactação, incluindo limpeza e rega de colagem à taxa de 0.6kg/m², espalhamento e compactação.

4. Diversos

***20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Outubro de 2011***

- 4.1. - Montagem e desmontagem do estaleiro, incluindo implementação dos planos de segurança e saúde, (PSS) plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição e sinalização dos trabalhos.

O prazo para a execução dos trabalhos é de 30 dias, sugerindo-se a adjudicação à firma Vidal Pereira Gomes porque se encontra a executar a obra Lar / Creche; esta opção preferencial visa a redução do prazo de execução, assim como a minimização de pormenores de execução técnica.

Esta intervenção encontra-se inscrita no plano de actividades para o ano de 2011 e tem um custo que se estima em aproximadamente 38.034, 23 Euros + IVA, valor que se enquadra nos preços actualmente praticados.

À Consideração Superior
O Técnico
(Evaristo Duarte)
03 / 10 / 2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de Ajuste Directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

Ponto 16. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE
- . EM ZONAS URBANAS
- . Acessos à Creche e Novo Lar da Vinha da Rainha
- Ajuste Directo

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO
CONSERVAÇÃO / REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE
EM ZONAS URBANAS
ACESSOS À CRECHE E NOVO LAR DA VINHA DA RAINHA
ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Com vista à realização da empreitada acima identificada, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adopção da modalidade de **ajuste directo**, uma vez que o **preço base** é de **26.802,76 euros**, inferior ao limite máximo de 150.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste directo – cf. alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro –.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito da competência quer do Presidente da Câmara Municipal, quer da Câmara

20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 31 de Outubro de 2011

Municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros – cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho –.

O encargo previsto para a presente empreitada tem, em parte, dotação no orçamento para o presente ano de 2011 pela rubrica **03.04.07.03.03.01** e trata-se de acção inscrita em plano plurianual de investimentos com a classificação de **09.001 2011/179 1**.

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. JÚRI

1. **Presidente:** João Eduardo Dias Madeira Gouveia, Dr.;
2. **Vogal:** Santos Mota, Vice-Presidente (substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos);
3. **Vogal:** Mário Monteiro, Engº;
4. **Suplentes:** Rui Fernandes, Arq.
5. **Suplente:** Fernando Cavacas, Dr.

4. CONSULTAR A(S) SEGUINTE(S) ENTIDADE(S)

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do artigo 114º do Código dos Contratos Públicos, às seguintes entidades:

- **Construtora Guardado & Oliveira, Lda;**
- **Vidal, Pereira & Gomes, Lda;**
- **AZIASFALTOS XIS – Empreiteiros, Lda**

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
17.10.2011

Despacho:
À Reunião de Câmara
A Vereadora*
(Ana Maria Treno, Dra.)
21.10.2011

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

***20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Outubro de 2011***

COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES / REDE VIÁRIA
Conservação / Reparação da Rede Existente
Em Zonas Urbanas

Assunto: Acessos à Creche e novo Lar da Vinha da Rainha

Serve a presente informação para descrever os trabalhos a efectuar nos acessos ao novo Lar e Creche da Vinha da Rainha, a realizar de acordo com as seguintes etapas:

1. Limpeza de taludes e leito da vala onde irá ser instalada a tubagem em PVC de parede corrugada de diâmetro 500mm 0.6MPa, para a passagem de águas pluviais e respectiva execução de caixas de visita.
2. Abertura de vala para a colocação de tubagens de PVC de diâmetro 200mm 0.6MPa para o colector de águas residuais e de diâmetro 125mm 1.0MPa na conduta elevatória e respectiva execução de caixas de visita.
3. Aterro das valas com pó de pedra em protecção das tubagens, incluindo regularização, rega e compactação.
4. Execução de sapata em betão armado C30/37 e aço A 400 NR na fundação do muro de divisão.
5. Execução de muro de blocos de cimento, incluindo pilares e viga de travamento em betão armado C30/37 e aço A 400 NR, emboco e reboco.

Esta obra visa o melhoramento dos acessos locais e encontra-se incluída no Plano de actividades para o ano de 2011 e tem um valor que se estima em aproximadamente 26.802, 76 Euros + IVA.

À Consideração Superior
O Técnico
(Evaristo Duarte)
11 / 10 / 2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de Ajuste Directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

Ponto 17. DEFESA DO MEIO AMBIENTE

- . “Energia”
- . Apoio Externo Especializado
- Ajuste Directo

Foram presentes as seguintes informações:

***20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Outubro de 2011***

Assunto: DEFESA DO MEIO AMBIENTE
ENERGIA
- APOIO EXTERNO ESPECIALIZADO
- ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Com vista à prestação do serviço em causa, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adopção da modalidade de **ajuste directo**, uma vez que o preço base é de 5.100,00 euros, inferior ao limite máximo de 75.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste directo, cf. alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste órgão, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros, cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho.

O encargo previsto tem dotação no orçamento para o presente ano de 2011 pela rubrica 03.05.02.02.14.

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. CONSULTAR AS SEGUINTE ENTIDADES

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do CCP, às seguintes empresas:

- McKinsey & Company;
- Roland Berger, Lda.;
- VSA Inovação, Lda.;
- Premivalor Consulting;
- The Boston Consulting Group;
- ReportMaxi - Consultores, Lda.

4. JÚRI

Aprovar o seguinte júri, de acordo com o n.º 1 do art. 67º do Código dos Contratos Públicos, para apreciação das propostas e elaboração dos relatórios de análise das mesmas:

- Santos Mota, Dr. (Presidente do Júri);
- Mário Monteiro, Eng.;
- Vítor Miranda, Eng. (Suplente);
- Fernando Cavacas, Dr. (Suplente);
- Ivo Costa, Dr. (Suplente).

À consideração superior,
O Técnico Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
24/10/2011

c

***20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Outubro de 2011***

**Assunto: DEFESA DO MEIO AMBIENTE
ENERGIA
- APOIO EXTERNO ESPECIALIZADO**

Considerando:

- a) A(s) competência(s) e atribuição(ões) definida(s) na Lei 159/99 e na Lei 169/99, no que se refere à Energia;
- b) Que o Município de Soure subscreveu em 29/06/2001 um contrato de Concessão de Distribuição de Energia Eléctrica em Baixa Tensão no Município, com a sociedade EDP Distribuição de Energia, SA;
- c) A cada vez maior prioridade do país em procurar definir soluções que reduzam a dependência energética do exterior, permitindo contribuir para a implementação de medidas e programas no âmbito do Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética (PNAEE);
- d) A necessidade de implementação de estratégias de gestão de energia eficiente que permita alcançar reduções significativas de consumo em edifícios, infra-estruturas colectivas e transportes, com ou sem recurso à renovação do seu equipamento energético;
- e) Que a necessidade de transformar a rede pública do Município de Soure numa rede mais eficiente em termos energéticos obriga a que esta rede seja desenhada e implementada com rigor e eficácia, indo ao encontro dos objectivos traçados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 169 de 24 de Outubro de 2005, que define como carácter prioritário a inovação tecnológica nas vertentes da eficiência da utilização de energia e do recurso a energias renováveis;
- f) A complexidade do tema e organização do sector em Portugal, onde a EDP directa ou indirectamente mantém um quase monopólio no sector (transporte - REN, regulador - ERSE, Direcção Geral de Energia, etc.);
- g) O momento da economia nacional, de todo o sector financeiro e do sector público;
- h) As constantes e regulares diminuições das transferências da Administração Central para as Autarquias Locais;
- i) As preocupações/orientações estratégicas do Executivo Municipal neste domínio, designadamente:
 - Que se explorem as potencialidades dos direitos de passagem de Energia em MAT, AT, etc.;
 - Que se promova a elaboração de uma Estratégia de Energia para o Município de Soure, se possível num prazo máximo não superior a 120 dias;
 - Que se implemente, a curto prazo, uma estratégia que procure assegurar:
 - ✓ Redução dos consumos globais na ordem dos 50% (Edifícios Próprios e Iluminação Pública);
 - ✓ Redução de 20% das emissões gasosas de CO₂, com aplicação da EPC - Energy Performance Contraer;
 - ✓ Redução de custos (factura energética);
 - ✓ Aumento da receita da renda de concessão de direitos de passagem.

É nosso entendimento que esta matéria, face à sua importância, complexidade, retorno financeiro e impacto na qualidade de vida de todos os munícipes, deva ser adequadamente estudada por técnicos externos que tragam

**20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Outubro de 2011**

conhecimento externo e nos ajudem a tomar as decisões de modo adequado e fundamentado, nomeadamente em termos financeiros.

Assim, propõe-se a contratação de um equipa especializada que:

- a) Nos ajude a (re)definir e a implementar as orientações estratégicas;
- b) Realize um estudo de viabilidade económica e financeira, para a iluminação pública, que nos permita avaliar, qual e quando obtemos o retorno financeiro de um conjunto de medidas que podemos equacionar de imediato, designadamente:
 - Instalação de luminárias em LED em todo o Concelho;
 - Instalação de relógios astronómicos;
 - Instalação de reguladores de fluxos;
 - Suspensão de pontos de luz.

Releve-se que, após uma “avaliação” ao mercado, afigura-se-nos que podemos estimar um valor máximo de 5.100€, para a prestação destes serviços.

À consideração superior,
O Técnico Superior,
(Vitor Miranda, Eng.)
21.10.2011

e

Concordo
À Consideração Superior.
(Mário Monteiro, Eng.º Chefe de Divisão
de Obras Públicas e Municipais)
24.10.2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de Ajuste Directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

Ponto 18. RECURSOS HUMANOS

. ESTÁGIOS

. Licenciatura - Instituto Superior Miguel Torga

- 2.º Ciclo em Gestão de Recursos Humanos e Comportamento Organizacional

Foi presente a seguinte Proposta:

**20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Outubro de 2011**

Proposta

ASSUNTO: 

ESTÁGIOS

.LICENCIATURA : INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA



No âmbito do curso em epígrafe, ministrado no Instituto Superior Miguel Torga, este propôs à Câmara Municipal o acolhimento de um Aluno, no Departamento de Recursos Humanos, cujo estágio curricular deverá decorrer durante o corrente Ano Lectivo, a partir de Novembro de 2011, e terá uma carga horária de 420 horas. Este aluno é oriundo do Concelho de Soure.

O Instituto Superior Miguel Torga aposta numa política de ligação à comunidade, conduzida através da realização de estágios em Instituições consideradas de referência para a formação de futuros profissionais, como é o caso das Autarquias.

Neste quadro, proponho que se autorize a realização do Estágio solicitado, o qual não constitui para a Autarquia qualquer tipo de encargo.

A Vereadora*

(Ana Maria Treno, Dra.)

19.10.2011

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

Deliberado, por unanimidade, aprovar a realização do referido Estágio.-----

Ponto 19. RECURSOS HUMANOS

. Processo n.º 168/07.5 BECBR

- Sentença //Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: Processo nº 168/07.5 BECBR

**Autor - Sindicato Trabalhadores da Administração Local em representação da sua
associada Maria Emília Borges Pinto**

- Sentença proferida pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra

Relativamente ao assunto em epígrafe, informamos:

20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 31 de Outubro de 2011

Em 5 de Março de 2007, o Município de Soure foi notificado pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra de uma acção administrativa especial de pretensão conexa com actos administrativos, a que foi atribuído o nº 168/07.5BECBR, interposta pelo Sindicato Nacional da Administração Local em representação da sua associada Maria Emília Borges Pinto, funcionária desta Autarquia.

Com a interposição dessa acção pretendeu o STAL impugnar o despacho do Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Soure, proferido em 22 de Novembro de 2006, que homologou a acta de classificação final referente ao concurso interno de acesso para o preenchimento de dois lugares de chefe de secção.

O mencionado procedimento concursal resultou do despacho de abertura proferido pelo Ex.mo Senhor Vice-Presidente, em 29 de Agosto de 2005, seguindo toda a tramitação de acordo com a legislação aplicável, como agora foi reconhecido pelo TAF de Coimbra, e culminou com a publicação das nomeações de acordo com a lista de classificação final, conforme Aviso nº 1076/2007, publicado no Diário da República, 2ª série, nº 15, de 22 de Janeiro de 2007.

Em resumo, o STAL alegou que o procedimento concursal violou o disposto no Dec. Lei nº 204/98, de 11 de Julho, por ter utilizado o método de entrevista profissional de selecção com a participação de 50% no resultado final e de ter avaliado incorrectamente as habilitações literárias e os parâmetros relativos à experiência profissional dos candidatos.

No seguimento da notificação, o Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal determinou aos Serviços, com carácter de urgência, a realização de uma informação, em que estes propuseram que o processo fosse entregue à Sociedade de Advogados MRPM & com sede em Coimbra tendo em vista a representação do Município de Soure nesta acção, o que viria a ocorrer, cabendo-lhe a apresentação da contestação.

No passado dia 17 de Outubro, o Município de Soure recebeu uma comunicação do jurisconsulto que representou o Município nesta acção, comunicando o recebimento da notificação da sentença proferida pelo TAF de Coimbra, em 16 de Outubro de 2011, na qual esse Tribunal Administrativo julga improcedente o pedido formulado pelo STAL, em representação da sua associada Maria Emília Borges Pinto, absolvendo o Município de Soure.

Relativamente à fundamentação que levou o TAF de Coimbra a proferir esta sentença em razão das questões suscitadas pelo STAL, o tribunal “afastou” qualquer tipo de ilegalidade ou irregularidade no procedimento concursal em causa.

a) Sobre a utilização do método de entrevista profissional, diz o tribunal ***“Diferentemente do defendido pelo Autor, não resulta, de modo algum (...) a proibição da utilização da entrevista profissional nos concursos de acesso (...) por outro lado, a entrevista profissional de selecção encontra-se expressamente prevista, como método de selecção complementar para a generalidade dos concursos”***. Reforçando este entendimento o Tribunal cita acórdãos de tribunais superiores, nomeadamente os TCA-Norte e TCA-Sul, que partilham a mesma posição.

b) Quanto ao facto de a entrevista profissional de selecção representar 50% da classificação final, o tribunal entende não existir a menor ilegalidade ***“A atribuição de uma ponderação igual à da avaliação curricular é insusceptível de afectar a natureza complementar deste método de selecção”***, havendo, inclusive jurisprudência nesse sentido (Acórdão do STA de 26/09/2007).

c) Relativamente à questão suscitada pelo Autor de a ficha de entrevista profissional da funcionária Maria Emília Borges Pinto não ter uma fundamentação suficientemente clara, conclui o tribunal que ***“Da fundamentação exarada na ficha não resulta a menor incoerência nos parâmetros apontados”***.

***20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Outubro de 2011***

d) No que concerne à avaliação curricular e às questões suscitadas pelo autor, o tribunal em todas afasta a razão da pretensão do Autor, designadamente na avaliação das habilitações literárias e na experiência profissional dos candidatos, confirmando a correcta tramitação e avaliação seguidas pelo Júri do concurso.

CONCLUSÃO

1. O Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra julgou totalmente improcedente o pedido formulado pelo STAL, em representação da sua associada Maria Emília Borges Pinto, absolvendo o Município de Soure.
2. Quanto à nota de despesas apresentada pela Sociedade de Advogados, confirmamos o saldo a seu favor de 953,25 euros, pelo que sugerimos o seu pagamento.

À superior consideração,
O Técnico Superior,
(Gil Soares, Dr.)

Foi tomado conhecimento.-----

Ponto 20. GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2011
. Apreciação de Propostas de Alteração -11.ª/11.ª - .

Deliberado, por maioria, com cinco (5) votos a favor dos Senhores Vereadores eleitos pelo P.S. e duas (2) abstenções das Senhoras Vereadoras eleitas pelo P.S.D., aprovar as Propostas de Alteração - 11.ª/11.ª - .-----

Ponto 21. PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
. Gabinete do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares
- Documento Verde da Reforma da Administração Local

Foi tomado conhecimento.-----

Ponto 22. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

**20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Outubro de 2011**

- . CONSTRUÇÃO DE CAMPOS RELVADOS SINTÉTICOS
- . Campo de Vinha da Rainha
- . Remodelação dos Balneários
- Prorrogação de Prazo

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: Desporto e Tempos Livres

- **Construção de Campos Relvados Sintéticos - Campo de Vinha da Rainha - Remodelação dos Balneários**
- **Prorrogação de prazo**

Relativamente ao tema em assunto, na sequência do pedido efectuado pela empresa adjudicatária, considerando:

1. O parecer elaborado pelo Dr. Edgar Domingues, jurista avençado, que se junta em anexo;
2. Que o pedido agora apresentado se poderá enquadrar no n.º 3 do artigo 361.º do CCP;
3. O facto de se tratar de uma prorrogação graciosa de prazo, conforme prevê o D.L. n.º 6/2004, de 06 de Janeiro, que estabelece o regime de Revisão de Preços, isto é, que não implicará acréscimo no custo da empreitada;
4. Que a competência para a aprovação do presente pedido de prorrogação cabe ao órgão competente para a decisão de contratar, no caso a Câmara Municipal.
5. Que a situação da obra é a seguinte:

Adjudicação	64.790,00 €
Valor dos trabalhos executados/facturados até à data	29.046,42 €
Prazo de execução inicial	Início – 19.09.2011
	Fim – 18.11.2011
Prorrogação proposta	Final – 27.02.2012

Propõe-se a aprovação de uma prorrogação graciosa de prazo de execução da empreitada em assunto, conforme solicitado pela empresa adjudicatária, passando a sua conclusão a ser o dia 27.02.2012.

À consideração superior,
(Mário Monteiro, Eng.º.)
(Chefe Div. O.P.M.)
2011-10-18

e

***20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Outubro de 2011***

Assunto: **EMPREITADAS DE OBRAS PÚBLICAS**
PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DE OBRA

Solicita o Chefe de Divisão de Obras Públicas informação quanto a prorrogação do prazo de execução de obras.

As situações passíveis de prorrogação do prazo de execução de obras, encontram-se contempladas nos artigos 298.º n.º2, 361.º n.º3, 374.º e 377.º todos do Código dos Contratos Públicos.

Deste modo deverá verificar-se se as situações que sejam invocadas pelas adjudicatárias se enquadram nos pressupostos legais que podem determinar uma prorrogação do prazo de execução da obra.

Quanto à competência para aprovar a referida prorrogação, convirá referir que o prazo de execução inicial foi aprovado no acto de adjudicação, pelo órgão competente para a decisão de contratar.

Assim competência para decidir a prorrogação caberá também ao órgão competente para a decisão de contratar, à semelhança do que é previsto pelo CCP noutras situações (artigos 64.º n.º4, 133.º n.º7, 175.º n.º4, todos do CCP).

À consideração superior,
O Jurista,
(Edgar J. Domingues, Dr.)
18.10.2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Prorrogação Graciosa de Prazo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

Ponto 23. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO
. CONCEPÇÃO/EXECUÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DOS BACELOS - 3.ª FASE
. REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO ENTRE OS RIOS ANÇOS E ARUNCA
- Prorrogação de Prazo

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: *Concepção / Execução do Plano de Pormenor dos BaceLOS – 3ª Fase – Requalificação do Espaço entre os Rios Anços e Arunca*
- Prorrogação de prazo

Relativamente ao tema em assunto, na sequência do pedido efectuado pela empresa adjudicatária, considerando:

1. O parecer elaborado pelo Dr. Edgar Domingues, jurista avençado, que se junta em anexo;
2. Que o pedido agora apresentado se poderá enquadrar no n.º 3 do artigo 361.º do CCP;
3. O facto de se tratar de uma prorrogação graciosa de prazo, conforme prevê o D.L. n.º 6/2004, de 06 de Janeiro, que estabelece o regime de Revisão de Preços, isto é, que não implicará acréscimo no custo da empreitada;
4. Que a competência para a aprovação do presente pedido de prorrogação cabe ao órgão competente para a decisão de contratar, no caso a Câmara Municipal.
5. Que a situação da obra é a seguinte:

***20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Outubro de 2011***

Adjudicação	787.963,19 €
Valor dos trabalhos executados/facturados até à data	626.142,34 €
Prazo de execução inicial	Início – 26.10.2010 Fim – 25.11.2011
Prorrogação proposta	Final – 31.05.2012

Propõe-se a aprovação de uma prorrogação graciosa de prazo de execução da empreitada em assunto, conforme solicitado pela empresa adjudicatária, passando a sua conclusão a ser o dia 31.05.2012.

À consideração superior,

(Mário Monteiro, Eng.º.)

(Chefe Div. O.P.M.)

2011-10-24

e

Assunto: **EMPREITADAS DE OBRAS PÚBLICAS**

PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DE OBRA

Solicita o Chefe de Divisão de Obras Públicas informação quanto a prorrogação do prazo de execução de obras.

As situações passíveis de prorrogação do prazo de execução de obras, encontram-se contempladas nos artigos 298.º n.º2, 361.º n.º3, 374.º e 377.º todos do Código dos Contratos Públicos.

Deste modo deverá verificar-se se as situações que sejam invocadas pelas adjudicatárias se enquadram nos pressupostos legais que podem determinar uma prorrogação do prazo de execução da obra.

Quanto à competência para aprovar a referida prorrogação, convirá referir que o prazo de execução inicial foi aprovado no acto de adjudicação, pelo órgão competente para a decisão de contratar.

Assim competência para decidir a prorrogação caberá também ao órgão competente para a decisão de contratar, à semelhança do que é previsto pelo CCP noutras situações (artigos 64.º n.º4, 133.º n.º7, 175.º n.º4, todos do CCP).

À consideração superior,

O Jurista,

(Edgar J. Domingues, Dr.)

18.10.2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Prorrogação Graciosa de Prazo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----